

Fatores determinantes do trabalho infantil: uma revisão sistemática da literatura

Danny de Castro Soares

Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério Público do Trabalho. Mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB) na área de Gestão Econômica das Finanças Públicas. Pós-graduado em Direito Administrativo e graduado em Gestão Financeira.

João Carlos Alves Leles

Analista de Planejamento e Orçamento do Ministério Público do Trabalho. Graduado em Direito e especialista em Contabilidade Pública e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Resumo: Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o trabalho infantil é toda forma de trabalho exercido por crianças e adolescentes abaixo da idade mínima legal estabelecida. No Brasil, por volta de 2,7 milhões de crianças e adolescentes exercem alguma atividade laboral. Como consequência, o trabalho infantil tem um efeito negativo no desenvolvimento e na educação das crianças e famílias. Nesse sentido, identificar as causas é necessário para desenhar as políticas públicas e a ação do Poder Público para corrigir esse problema social. Para tanto, esta pesquisa faz uma revisão sistemática da literatura, utilizando a base de dados Scopus, por meio do protocolo de Cronin, Ryan e Coughlan (2008). Os resultados apresentados ressaltam os níveis de renda como causa principal do trabalho infantil. Outros fatores foram identificados como o nível de escolaridade e a regulação pelo Poder Público.

Palavras-chave: Trabalho infantil. Causas. Fatores determinantes. Revisão sistemática de literatura.

Abstract: According to the International Labor Organization (ILO), child labor consists of all forms of work performed by children and adolescents below the legal minimum age established. In Brazil, around 2.7 million children and adolescents work. Therefore, child labor has a negative effect on the development and education of children and families. Thus, identifying the causes is necessary to design the public policies and public power action to correct this social problem. For this, this research makes a systematic review of the literature, using the Scopus database, through the protocol of Cronin, Ryan and Coughlan (2008). The presented results highlight income levels as the main cause of child labor. Other factors were identified as the level of schooling and regulation by the government.

Keywords: Child labor. Causes. Determinant factors. Systematic literature review.

Sumário: 1 Introdução. 2 Revisão narrativa da literatura. 2.1 Definição de trabalho infantil e dados. 2.2 Breve verificação dos determinantes do trabalho infantil. 3 Revisão sistemática da literatura. 3.1 Métodos e técnicas da pesquisa. 3.2 Análise e resultados. 4 Conclusão.

1 Introdução

O trabalho infantil é uma prática global e tem muitos resultados negativos. De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, é a principal fonte de exploração e abuso infantil no mundo de hoje (ILO, 2017).

Embora sua incidência tenha diminuído ao longo da história, uma considerável quantidade de crianças continua trabalhando e por um grande número de horas. Segundo a OIT, entre 1992 e 2015, 5,7 milhões crianças e adolescentes deixaram de trabalhar no Brasil, o que significou uma redução de 68%. Ainda há, atualmente, por volta de 2,7 milhões de crianças em situação de trabalho infantil no Brasil (ILO, 2017).

Embora estatísticas e números sejam discutíveis, é fato que milhões de crianças trabalham ilegalmente em minas e pedreiras, ou com cargas excessivas, produtos químicos, em jornadas inadequadas de nove, dez e até doze horas por dia, recebendo remunerações insignificantes, entre outros problemas (DERRIEN, 1993).

Inegáveis também são os malefícios para a sociedade causados pelo trabalho infantil. Além de impedir a realização de direitos básicos, como igualdade, saúde e educação, faz com que se perpetue um ciclo vicioso em que a criança se submete ao trabalho e, com isso, perde formação educacional e qualificação e continua vivendo em situação de pobreza (SANTOS, 2015).

Por ser o trabalho infantil um malefício da sociedade, é necessário criar políticas para sua erradicação. Assim, emerge o papel do Ministério Público como órgão responsável pela realização dos direitos sociais, que atua como mediador na relação entre o Poder Público e a sociedade (SANTOS, 2015).

Para atuar na erradicação do trabalho infantil, o Ministério Público deve saber quais são as suas causas. Dessa forma, junto com o restante do Poder Público, definirá como será sua atuação. Segundo Kassouf (2007), diversos estudos verificam os determinantes do trabalho infantil ao redor do mundo e no Brasil. Todavia, para compreender melhor esse fenômeno tão complexo, faz-se necessário consolidar essas pesquisas realizadas em diversos países e com diferentes abordagens. Nesse sentido, surge o método, originário da medicina e recentemente utilizado nas ciências sociais, da revisão sistemática de literatura para agregar pesquisas esparsas e promover um melhor entendimento do todo (GUARNIERI et al., 2015).

Diante disso, reconhecendo que o procedimento para erradicação do trabalho da criança ainda é desconhecido e que é necessário consolidar as suas causas, o objetivo desta pesquisa é realizar uma revisão sistemática da literatura, verificando os fatores determinantes do trabalho infantil. Para tanto, é apresentada uma breve revisão narrativa da literatura e, logo após, os métodos e técnicas da pesquisa. Em seguida, são relatados os resultados e, por fim, a conclusão.

2 Revisão narrativa da literatura

2.1 Definição de trabalho infantil e dados

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) define como criança o indivíduo com 15 anos ou menos, sendo trabalhadora se fizer parte da população economicamente ativa (PEA), seja trabalhando ou procurando emprego (ILO, 2017). No entanto, há divergências entre os países em relação a tal definição. Isso se deve ao fato de muitos ainda não terem ratificado a Convenção n. 138 e a Recomendação n. 146, ambas da OIT, que tratam dos direitos das crianças, especialmente daquelas que exercem algum tipo de atividade laboral, a fim de erradicar o trabalho infantil (JAFAREY; LAHIRI, 2002).

Segundo Kassouf (2007), não se deve adotar uma única definição de trabalho infantil, principalmente se houver uma comparação internacional de estudos. Existem pesquisas mais específicas que utilizam dados sobre o trabalho doméstico ou a população economicamente ativa de crianças. Além disso, a própria definição de criança varia entre os países.

No Brasil, o trabalho infantil é aquele desempenhado por crianças ou adolescentes abaixo de 16 anos de idade, salvo na condição de aprendiz, quando a idade mínima passa a ser de 14 anos. Além disso, em conformidade com a Convenção n. 138 da OIT, o Brasil adota uma política nacional que assegura a efetiva abolição do trabalho infantil, exigindo o prévio e pleno desenvolvimento físico e mental de crianças e adolescentes (MELO; CÉSAR, 2016).

Em comparação com outros países, a legislação brasileira é uma das mais rígidas quanto à idade mínima para ingresso no mercado de trabalho (KASSOUF, 2007). Dessa forma, como não é o objetivo principal deste estudo, a definição do trabalho infantil será relativizada para o contexto em que cada bibliografia encontrada o definiu, para poder comparar os fatores determinantes de uma forma geral por meio da revisão sistemática da literatura.

2.2 Breve verificação dos determinantes do trabalho infantil

Kassouf (2007) analisa o modelo econômico de Gary Becker de distribuição do tempo em trabalho, lazer e educação¹. Os indivíduos buscam maximizar seus bens. Todavia, estão sujeitos a uma restrição como tempo e renda. Essa restrição faz com que tenham de ser feitas escolhas. O indivíduo optará por trabalhar, ao invés de desfrutar do lazer, pois este último implica menos renda para consumir esses bens². A educação, nesse contexto, é observada como investimento com custo presente para haver benefícios futuros. Segundo Kassouf (2007, p. 331),

[o] trabalho infantil é uma atividade que gera benefícios imediatos na forma de renda, mas também gera custos por não estudar e/ou por reduzir o tempo de lazer. Assim sendo, fatores que afetam os benefícios do trabalho (salário) ou os custos (retornos à educação) também afetarão a decisão com relação ao trabalho infantil.

Nesse sentido, considera-se que fatores externos e sociais afetam as decisões de ocorrer, ou não, o trabalho infantil (BECKER; LEWIS, 1973). As principais teorias defendem que o trabalho infantil é decorrente da pobreza e apresenta impactos sobre a educação e a escolha profissional quando o indivíduo se torna adulto (BANERJEE; NEWMAN, 1993; BASU, 2000). Todavia, é importante ressaltar que, enquanto alguns estudos identificaram empiricamente que o aumento da renda familiar reduz a possibilidade de a criança trabalhar (NAGARAJ, 2002), outros falharam em encontrar essa relação (RAY, 2000).

Segundo Kassouf (2007), a pobreza, a escolaridade dos pais, o tamanho e a estrutura da família, o sexo do chefe, a idade em que os pais começaram a trabalhar e o local de residência são os principais determinantes dos níveis de trabalho infantil.

1 Deve-se considerar que a família consome bens, serviços e lazer. Além disso, nesse modelo, lazer é preferível a trabalho.

2 Para um modelo econômico sobre o tema, ver Becker e Lewis (1973).

No que se refere ao nível de escolaridade dos pais, filhos de advogados, médicos e professores apresentam menores índices de trabalho na infância (BASU; TZANNATOS, 2003). O nível de educação dos pais também é observado em estudos na Índia (CIGNO; ROSATI, 2002), em Gana (ROSATI; TZANNATOS, 2006) e no Brasil (KASSOUF, 2007).

As diferenças de gênero foram igualmente observadas nos estudos. Famílias cujo chefe é do sexo feminino possuem maior índice de trabalho infantil (PATRINOS; PSACHAROPOULOS, 1995; BARROS; FOX; MENDONÇA, 1997). Quando se analisa a localização geográfica, observa-se que sobre a área rural incidem maiores porcentagens de trabalho na infância (KASSOUF, 2007).

No que se refere ao Estado brasileiro, Schwartzman e Schwartzman (2004) ressaltaram que o trabalho das crianças está relacionado a condições de escassez de recursos e também à tradição da agricultura familiar, sobretudo na Região Sul. Além disso, identificaram que residir na zona rural tem efeito positivo sobre o trabalho infantil, ou seja, na área rural, o trabalho infantil não resulta somente de uma menor renda mas também de infraestrutura escolar mais deficiente ou da inexistência de escolas, além da facilidade com que a criança é absorvida em atividades informais, que exigem menor qualificação. Kassouf (2007) ainda cita que o ingresso precoce dos pais no mercado de trabalho aumenta a probabilidade de a criança trabalhar.

Considerando que o objetivo principal desta pesquisa é realizar uma revisão sistemática dos determinantes do trabalho infantil na última década, a próxima seção irá elencar com mais detalhes como a literatura vem abordando esse tema nos últimos anos.

3 Revisão sistemática da literatura

3.1 Métodos e técnicas da pesquisa

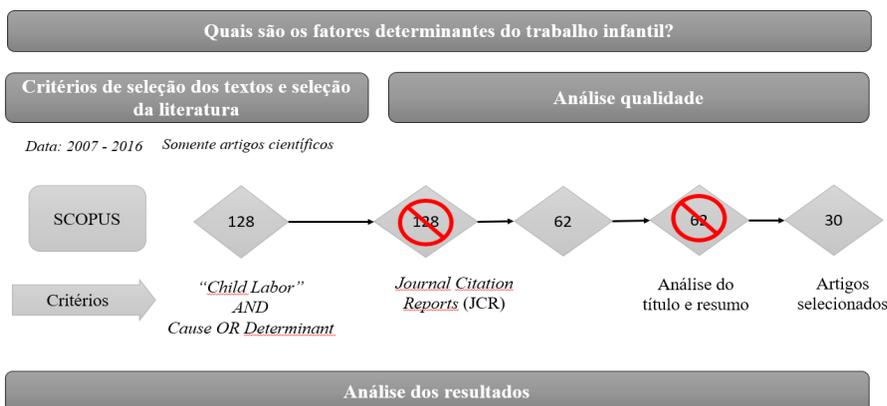
A presente revisão sistemática de literatura é uma pesquisa classificada como descritiva, pois procura identificar o comportamento de um fenômeno e sua relação com outras variáveis, sendo uma de suas características a utilização de um padrão na coleta de dados e na busca da relação dos fenômenos encontrados (MARCONI; LAKATOS, 2017).

Por sua vez, quanto ao procedimento formal, a revisão sistemática da literatura é bibliográfica, partindo da análise de material já elaborado por outros pesquisadores. Tal método apresenta algumas vantagens, como a de permitir que diversos fenômenos sejam observados de forma mais ampla do que seriam com a sua análise individual. Convém destacar, também, que a revisão sistemática não é apenas a repetição do que já foi dito sobre o assunto. Pelo contrário, ela permite chegar a conclusões inovadoras por meio da análise do tema com uma nova abordagem (MARCONI; LAKATOS, 2017).

A revisão sistemática da literatura é um método bastante utilizado em pesquisas médicas para agregar o conhecimento de uma forma padronizada, por meio de um critério prévio e estabelecido, diferentemente da revisão narrativa, que não adota um padrão para analisar a bibliografia (CRONIN; RYAN; COUGHLAN, 2008). Embora amplamente utilizada na área da medicina, ela também vem sendo empregada nas ciências sociais para consolidar o conhecimento das pesquisas (GUARNIERI et al., 2015).

Nesta pesquisa foi utilizado o protocolo de Cronin, Ryan e Coughlan (2008), empregado também por Guarnieri et al. (2015), o qual é subdividido em cinco etapas: (a) elaboração da pergunta de pesquisa; (b) definição dos critérios de seleção dos textos; (c) seleção da literatura; (d) avaliação de qualidade da literatura; e (e) análise dos resultados. A *Figura 1* sintetiza o processo utilizado nesta pesquisa:

Figura 1: Método da revisão sistemática da literatura



Fonte: elaborado pelo autor

Apresentamos a seguir alguns comentários relativos às etapas do referido protocolo:

a) *Elaboração da pergunta de pesquisa*: este item busca definir quais são os fatores determinantes do trabalho infantil.

b) *Definição dos critérios de seleção dos textos*: os critérios de seleção correspondem aos elementos utilizados para filtrar e selecionar a pesquisa (GUARNIERI et al., 2015). Na definição da base de dados, optou-se pela Scopus, que é uma das maiores bases de dados de citações e resumo de literatura revisada por pares (revistas científicas, livros e conferências) e que possui por volta de 60 milhões de registros, incluindo 21.500 periódicos.

Selecionada a base de dados, passou-se ao período de pesquisa, que abrangeu os anos de 2007 a 2016 e segmentou apenas artigos científicos publicados em periódicos. Na definição de palavras-chave, foi utilizado o prefixo de pesquisa “*Child Labor*” AND “*Cause*” OR “*Determinant*” para buscar os artigos que tratavam das causas do trabalho infantil. A pesquisa foi realizada no título, resumo e palavras-chave. Além disso, foram selecionados somente artigos em inglês, português ou espanhol. O protocolo de pesquisa encontra-se a seguir:

```
( TITLE-ABS-KEY ( “Child labor” ) AND TITLE-ABS-KEY ( “cause” ) OR TITLE-ABS-KEY ( “determinant” ) ) AND ( LIMIT-TO ( PUBYEAR , 2016 ) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR , 2015 ) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR , 2014 ) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR , 2013 ) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR , 2012 ) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR , 2011 ) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR , 2010 ) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR , 2009 ) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR , 2008 ) OR LIMIT-TO ( PUBYEAR , 2007 ) ) AND ( LIMIT-TO ( DOCTYPE , “ar” ) ) AND ( LIMIT-TO ( LANGUAGE , “English” ) OR LIMIT-TO ( LANGUAGE , “Spanish” ) OR LIMIT-TO ( LANGUAGE , “Portuguese” ) )
```

c) *Seleção da literatura*: após os critérios de exclusão e inclusão, foi selecionado um total de 128 artigos científicos publicados nos periódicos.

d) *Avaliação de qualidade da literatura*: para avaliar a qualidade da bibliografia selecionada, optou-se por excluir aqueles artigos de periódicos que não possuíam fator de impacto do *Journal Citation Reports* (JCR) semelhante ao critério de revisão sistemática definido por Pagani, Kovaleski e Resende (2015). Dessa forma, restaram 62 artigos para leitura. Com a finalidade de observar quais documentos de fato tratavam dos determinantes do trabalho infantil, procedeu-se à leitura dos resumos, o que resultou na exclusão de 32 artigos, restando 30 para discussão dos resultados, que serão realizados no próximo tópico.

e) *Análise dos resultados*: os artigos selecionados foram lidos na íntegra e analisados detalhadamente. O objetivo principal na análise foi identificar quais as causas do trabalho infantil encontradas nas pesquisas recentes.

3.2 Análise e resultados

3.2.1 Análise geral dos artigos

Com os resultados da revisão sistemática da literatura, pretendeu-se identificar em cada artigo selecionado quais fatores são elencados como determinantes do trabalho infantil. Buscou-se também observar em qual localidade foram realizados os estudos empíricos. O resultado encontra-se na tabela a seguir:

Tabela: Síntese da revisão sistemática de literatura

Autor	Localidade	Causa do trabalho infantil
Alam, Amin e Rives (2015)	Bangladesh	Ausência de regulação e jurisdição
Alimi e Masuku (2010)	Nigéria	Menor renda
		Menor educação dos pais
		Chefes de família do sexo feminino
Bar e Basu (2009)	Teórico	Aumento da terra (no curto prazo)
		Menor renda

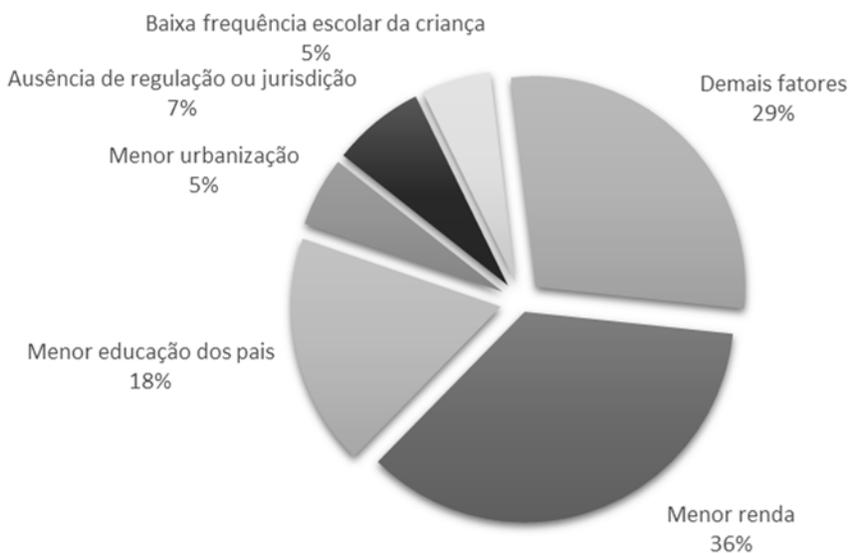
Autor	Localidade	Causa do trabalho infantil
Basu e Zarghamee (2009)	Teórico	“Boicote de produtos” que utilizam mão de obra infantil
Biggeri, Mehrotra e Sudarshan (2009)	Índia	Menor renda
		Menor educação dos pais
		Ausência de regulação e jurisdição
Carvalho Filho (2012)	Brasil	Menor renda
Chakrabarty, Grote e Lüchters (2011)	Nepal	Baixa frequência escolar da criança
Cockburn e Dostie (2007)	Etiópia	Menor renda
Dalal, Rahman e Jansson (2008)	Índia	Menor renda
		Local de trabalho dos pais
		Menor educação dos pais
Das e Mukherjee (2011)	Índia	Menor renda
		Menor educação dos pais
DeGraff, Ferro e Levison (2014)	Brasil	Menor renda
		Baixa frequência escolar da criança
		Menor urbanização
Eaton e Goulart (2009)	Portugal	Ausência de regulação e jurisdição
		Menor renda
Grigoli e Sbrana (2013)	Bolívia	Não conclusivo
Guarcello, Mealli e Rosati (2009)	Guatemala	Crises econômicas
Gulzar, Vertejee e Pirani (2009)	Paquistão	Menor renda
		Menor educação dos pais
		Ausência de regulação e jurisdição
		Baixa infraestrutura tecnológica
Hilson (2010)	Gana	Falta de oportunidade de emprego no setor formal
		Menor renda

Autor	Localidade	Causa do trabalho infantil
Jayaraj e Subramanian (2007)	Índia	Menor renda
Kis-Katos (2012)	Índia	Menor renda
Kis-Katos e Schulze (2011)	Indonésia	Baixa frequência escolar da criança
Kotb et al. (2011)	Egito	Menor renda
Mehrotra e Biggeri (2010)	Paquistão	Menor renda
		Menor educação dos pais
Mohammed, Ewis e Mahfouz (2014)	Egito	Menor renda
		Menor educação dos pais
		Maior tamanho da família
		Ausência de pais
Pörtner (2016)	Filipinas	Maior tempo dos pais no trabalho
Ramalho e Mesquita (2013)	Brasil	Menor renda
		Menor educação dos pais
Sensoy Bahar (2016)	Curdas	Maiores índices de reprovação
		Idade – irmãos mais velhos
Siddiqi (2013)	Lahore	Menor renda
Vásquez e Bohara (2010)	Guatemala	Desastres naturais
		Crises econômicas
Webbink, Smits e Jong (2012)	Ásia e África	Menor urbanização
		Menor educação dos pais
Webbink, Smits e Jong (2013)	Países em desenvolvimento	Menor urbanização
		Menor renda
Webbink, Smits e Jong (2015)	Ásia	Menor educação dos pais
		Fatores demográficos e culturais
	África	Menor renda

Fonte: elaborado pelo autor

Alguns aspectos dos estudos analisados merecem destaque. Primeiro, com exceção dos dois estudos que apresentam uma abordagem teórica sobre o tema, entre os demais, apenas um estudou um país desenvolvido (Portugal). Os outros estudaram países sub-desenvolvidos ou locais em desenvolvimento. Segundo, os menores níveis de renda são sistematicamente destacados como principal fator do trabalho infantil. Todavia, outros pontos devem ser ressaltados, como a menor educação dos pais e a ausência de regulação e jurisdição sobre o tema no local analisado. O gráfico a seguir apresenta os principais determinantes do trabalho infantil encontrados:

Gráfico: Causas do trabalho infantil



Fonte: elaborado pelo autor

3.2.2 *Análise descritiva dos artigos*

Entre as pesquisas seleccionadas na revisão sistemática de literatura, convém destacar a de Webbink, Smits e Jong (2013), que faz uma análise multicritério das causas do trabalho infantil. Os

autores abordam fatores do contexto externo e da estrutura familiar com variáveis de recursos, estrutura e cultura. Após estudar 239.120 crianças em dezoito países em desenvolvimento, foi observado, no nível das famílias, que os recursos e as características estruturais (principalmente a menor renda) influenciam o trabalho infantil, enquanto as características culturais não têm efeito. No que se refere aos fatores de contexto, os autores observaram que as crianças trabalham mais nas áreas rurais, especialmente se houver mais empregos manuais não qualificados.

Em estudo teórico, Bar e Basu (2009) retratam um modelo denominado “gerações sobrepostas” para examinar o efeito do aumento na propriedade de terra pelo agregado familiar no trabalho infantil. Eles apontam que um pequeno aumento de terra, no curto prazo, eleva o nível de crianças trabalhando, ao passo que, no longo prazo, à medida que a terra continua aumentando, ocorre um declínio. Isso se deve ao fato de que, no longo prazo, o aumento da terra aumenta a renda do agregado familiar, proporcionando menores índices de trabalho infantil.

Alguns estudos verificaram os impactos do trabalho infantil nas condições de saúde, apresentando os seus determinantes em cada pesquisa. Ao analisar o Egito, país com cerca de 1,5 milhão de crianças trabalhadoras com idades entre 6 e 15 anos, Kotb et al. (2011) estudaram 630 estudantes da aldeia agrícola Koom Abousheel e apontam que mais crianças trabalham em locais onde os pais têm menor renda para sustentar a família. Também observando o Egito, Mohammed, Ewis e Mahfouz (2014) relatam que a pobreza, o analfabetismo dos pais ou sua ausência e o grande tamanho da família são os principais determinantes do trabalho infantil.

Webbink, Smits e Jong (2015) comparam o trabalho infantil na Ásia e na África. Os níveis de educação parental e os fatores demográficos e culturais (como religião e clima) são significativos na Ásia, enquanto na África esses fatores são de menor importância e prevalecem os níveis de pobreza da população. Por sua vez, Cockburn e Dostie (2007) analisam o caso da Etiópia e buscam trazer evidência empírica entre a pobreza e o trabalho infantil.

Segundo os autores, quanto maior a pobreza, maiores são os percentuais de crianças trabalhando.

Hilson (2010) observou a indústria de mineração no contexto da África subsaariana e pontua que a falta de oportunidades de emprego no setor formal e/ou a necessidade de prestar apoio financeiro às suas famílias empobrecidas levou dezenas de milhares de crianças a trabalharem nessa indústria em Gana, mas destaca a necessidade de observar as causas adjacentes da pobreza para compreender o fenômeno de forma completa.

Ao analisar a incidência geográfica do trabalho infantil em pequenas empresas de manufatura na Indonésia, Kis-Katos e Schulze (2011) observaram o trabalho infantil sob a ótica da demanda e oferta de educação. O acesso ao crédito e a proximidade escolar reduzem o fornecimento de mão de obra infantil, mas, simultaneamente, constituem fatores de localização positivos para as empresas, aumentando assim a demanda de trabalhadores infantis. Para efetivamente reduzir o trabalho infantil, as políticas orientadas para o aumento da educação (aumento de crédito e de escolas) devem ser complementadas por políticas especificamente voltadas ao aumento da frequência escolar.

Maior frequência escolar das crianças é observada, igualmente, como causa de menores índices de trabalho infantil na pesquisa de Chakrabarty, Grote e Lüchters (2011), que também demonstra o importante papel das organizações não governamentais em trazer crianças de volta à escola. Entretanto, resultado oposto foi apresentado por Grigoli e Sbrana (2013), os quais, ao analisar o caso boliviano entre 1999 e 2007, apontam que, mesmo aumentando o índice de crianças extremamente pobres frequentando a escola, não houve redução nos níveis de trabalho infantil, permanecendo esse desafio para a Bolívia nos próximos anos.

Comparando Paquistão e Indonésia, Mehrotra e Biggeri (2010) analisaram crianças que trabalhavam em serviços domésticos e apontam um maior nível de trabalho infantil no Paquistão em comparação com a Indonésia. Segundo os autores, as duas princi-

país causas para a diferença são o maior nível de educação dos pais e o menor índice de pobreza neste último país.

Alimi e Masuku (2010) observaram os determinantes do trabalho infantil na Nigéria analisando 1.457 famílias com crianças entre 5 e 14 anos de idade. Como fatores, foram destacados: baixo nível de renda familiar, baixo nível de escolaridade dos pais e sexo do chefe do agregado familiar. Com relação a esse último ponto, convém destacar que os autores apontaram que famílias chefiadas por mulheres possuem maior chance de ter trabalho infantil devido à baixa renda atribuída naquele país às trabalhadoras do sexo feminino.

As diferenças de sexo também são observadas no estudo de Kis-Katos (2012), segundo o qual o trabalho infantil no mercado incide em maior volume sobre crianças do gênero masculino. Estas exercem função mais significativa no mercado de trabalho externo, enquanto as meninas se ocupam mais do trabalho doméstico, que não é contabilizado em grande parte dos indicadores dos países. Entretanto, quando o nível de renda é consideravelmente baixo, mesmo as crianças do sexo feminino buscam complementar a renda no mercado. Essa diferença de gênero também é observada por Webbink, Smits e Jong (2012) em estudo em países africanos e asiáticos. Os autores apontam como fatores determinantes do trabalho infantil a menor urbanização e a menor educação dos pais.

Pörtner (2016) estuda os determinantes da alocação do tempo das crianças nas Filipinas e conclui que elas gastam seu tempo em trabalho quando também os pais alocam mais tempo em trabalho (caracterizando a ausência dos pais). Todavia, nos casos estudados, o tempo de trabalho ocorre em detrimento do lazer, e não da educação infantil.

Vásquez e Bohara (2010) estudam o comportamento de variáveis diante de choques econômicos (como crises econômicas) e desastres naturais e apontam o aumento do trabalho infantil em ambos os casos. A mesma constatação é observada em Guarcello, Mealli e Rosati (2009), para quem as crises econômicas aumentam a

incidência de crianças no mercado de trabalho devido ao baixo valor de sua mão de obra e à necessidade de complementação de renda.

Sensoy Bahar (2016) analisou diretamente as famílias para observar os fatores daquelas que optam pelo trabalho infantil. Segundo seu estudo, irmãos mais velhos são mais propensos a procurar emprego no mercado. Outro fator observado foi o sucesso (ou falha) das crianças nos estudos. Onde havia maior índice de reprovação, o índice de trabalho infantil era mais elevado.

Siddiqi (2013) analisou a capital do Paquistão, Lahore, e constata que o fator renda da família é o principal determinante dos níveis de trabalho infantil. Todavia, observa que um resultado não caminha em direção aos estudos internacionais ao verificar, pelo menos na região estudada, que os níveis escolares e de alfabetização não exercem influência nos índices de trabalho infantil. Por sua vez, analisando todo o país, Gulzar, Vertejee e Pirani (2009) segmentam as causas em sociais (sistema educacional inadequado e maior analfabetismo), organizacionais (ausência de regulação e jurisdição) e tecnológicas (baixa infraestrutura tecnológica em países subdesenvolvidos).

Basu e Zarghamee (2009) estudam como o “boicote ao produto” pode influenciar os níveis de trabalho infantil. À primeira vista, os autores apontam que, ao descobrir que um determinado produto usou do trabalho infantil para sua elaboração, a repulsa da sociedade fará com que o seu consumo seja diminuído. Entretanto, tal fenômeno poderá produzir um resultado adverso de aumentar os índices de crianças trabalhando devido à necessidade de diminuir o custo do produto final e ao menor valor da mão de obra infantil.

Alam, Amin e Rives (2015) observam a diversidade na distribuição ocupacional dos trabalhadores infantis por gênero e mostram como suas características individuais e familiares influenciam escolhas ocupacionais. A sua pesquisa confirma que a maioria das crianças trabalha no setor informal, onde a jurisdição e os regulamentos do setor formal estão ausentes.

Jayaraj e Subramanian (2007) analisam que o fenômeno do trabalho infantil é explicável por meio da pobreza, que obriga um

lar a manter seus filhos fora da escola e colocá-los a trabalhar para a sobrevivência da família. Para tal conclusão, os autores estudaram o caso indiano e ampliaram o conceito de pobreza inserindo variáveis diferentes da renda como educação, infraestrutura e saúde.

Ainda estudando o comportamento na Índia, Dalal, Rahman e Jansson (2008) entrevistaram 1.400 trabalhadores infantis em áreas urbanas e rurais. Suas conclusões apontam que, além de fatores conhecidos como nível de educação e renda da família, o local de trabalho dos pais exerce influência, como, por exemplo, no caso da maior propensão de crianças a trabalhar com os pais em barracas de comida e estações rodoviárias. Biggeri, Mehrotra e Sudarshan (2009) também observam a presença de maior índice de trabalho infantil entre crianças indianas mais pobres e com menor nível de educação. Todavia, complementam os estudos para aquele país incluindo como causa do trabalho infantil a ausência de regulação e jurisdição. Das e Mukherjee (2011) corroboram a ideia da renda e educação como fatores determinantes do trabalho na infância e também ressaltam que, até um determinado limite de horas semanais e de forma estruturada, ele é benéfico para as crianças na Índia.

Por sua vez, Eaton e Goulart (2009) analisam o trabalho infantil pela ótica da firma, e não das crianças. Os autores apontam que as fábricas no interior de Portugal resistem à globalização das pressões competitivas por meio da redução dos custos reais do trabalho, utilizando práticas de trabalho informais, explorando a capacidade produtiva barata que os menores trazem e as lacunas legislativas que impedem sua erradicação. Em sua análise, concluem que, junto com a procura de renda das crianças, a ausência de regulação e jurisdição aumenta os níveis do trabalho infantil.

Entre os estudos selecionados pela revisão sistemática de literatura, destacam-se alguns que abordam o caso brasileiro. Carvalho Filho (2012) estuda os efeitos dos benefícios sociais concedidos a trabalhadores rurais nos níveis do trabalho infantil no Brasil e observa que os aumentos de benefícios reduziram a intensidade do trabalho das meninas, que migraram do trabalho em lavouras para tarefas domésticas. No caso dos meninos, não houve alterações sig-

nificativas. Seus resultados corroboram a ideia da pobreza como causa do trabalho infantil, ao mesmo tempo em que ressaltam as diferenças entre gênero no Brasil.

DeGraff, Ferro e Levison (2014) realizaram uma pesquisa quantitativa, buscando uma imagem mais ampla do envolvimento das crianças no trabalho arriscado, com base em evidências quantitativas dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Ao relacionar os indicadores, os autores apontam para as conclusões apresentadas pela doutrina, como nível de riqueza e educação familiar. Além disso, é destacado que, no caso brasileiro, famílias com propriedades fazendárias são mais propensas a ter crianças trabalhando. Utilizando dados em painel, Ramalho e Mesquita (2013) apresentam a mesma conclusão para os níveis de renda e educação familiar.

4 Conclusão

Satyarthi (2013, p. 26) diz que, com o trabalho infantil, “nossas crianças estão perdendo a sua infância e acham que não são mais crianças, não se consideram mais crianças”. Erradicar o trabalho infantil ainda é desafio substancial, principalmente em países sub-desenvolvidos e em desenvolvimento.

Nesse contexto, esta revisão sistemática de literatura atendeu seus objetivos de verificar os determinantes do trabalho infantil nas principais pesquisas. Menores níveis de renda ainda se apresentam reiteradamente como o principal fator para o trabalho infantil. Entretanto, outros aspectos complementares devem ser analisados em conjunto, principalmente no que se refere aos níveis de educação e participação do governo na regulação e punição desse problema. Este último aspecto ressalta a importância de o Ministério Público do Trabalho continuar atuando com suas políticas de redução do trabalho infantil.

A presente pesquisa também reúne um arcabouço teórico vasto para pesquisas futuras que já apresentam uma reunião sistemática de artigos internacionais identificando as causas do trabalho

infantil na literatura. Assim, estudos posteriores podem utilizar a mesma metodologia para identificar os efeitos desse problema ou realizar estudos quantitativos (como *panel data* ou *probit model*) com o objetivo de observar se os determinantes encontrados na literatura internacional se aplicam ao caso brasileiro atualmente.

Referências

ALAM, I. M.; AMIN, S.; RIVES, J. M. Occupational choices of working children in Bangladesh. *Applied Economics*, v. 47, n. 46, p. 4982-4995, 2015.

ALIMI, T.; MASUKU, M. B. Determinants of household participation in the child labour force: the case of IWO Local Government Area in Osun State, Nigeria. *Agrekon*, v. 49, n. 3, p. 358-372, 2010.

BANERJEE, A. V.; NEWMAN, A. Occupational choice and the process of development. *Journal of Political Economy*, v. 101, n. 2, p. 274-298, 1993.

BAR, T.; BASU, K. Children, education, labor, and land: in the long run and short run. *Journal of the European Economic Association*, v. 7, n. 2-3, p. 487-497, 2009.

BARROS, R.; FOX, L.; MENDONÇA, R. Female-headed households, poverty, and the welfare of children in urban Brazil. *Economic Development and Cultural Change*, v. 45, n. 2, p. 231-257, 1997.

BASU, K. The intriguing relation between adult minimum wage and child labour. *The Economic Journal*, v. 110, n. 462, p. 50-61, 2000.

BASU, K.; TZANNATOS, Z. Child labor and development: an introduction. *The World Bank Economic Review*, v. 17, n. 2, p. 145-146, 2003.

BASU, K.; ZARGHAMEE, H. Is product boycott a good idea for controlling child labor? A theoretical investigation. *Journal of Development Economics*, v. 88, n. 2, p. 217-220, 2009.

BECKER, G. S.; LEWIS, H. G. On the interaction between the quantity and quality of children. *Journal of Political Economy*, v. 81, n. 2, p. 279-288, 1973.

BIGGERI, M.; MEHROTRA, S.; SUDARSHAN, R. M. Child labour in industrial outworker households in India. *Economic and Political Weekly*, v. 44, n. 12, p. 47-56, 2009.

CARVALHO FILHO, I. E. D. E. Household income as a determinant of child labor and school enrollment in Brazil: evidence from a social security reform. *Economic Development and Cultural Change*, v. 60, n. 2, p. 399-435, 2012.

CHAKRABARTY, S.; GROTE, U.; LÜCHTERS, G. Does social labelling encourage child schooling and discourage child labour in Nepal? *International Journal of Educational Development*, v. 31, n. 5, p. 483-489, 2011.

CIGNO, A.; ROSATI, F. C. Child labour, education and nutrition in rural India. *Pacific Economic Review*, v. 7, n. 1, p. 65-83, 2002.

COCKBURN, J.; DOSTIE, B. Child work and schooling: the role of household asset profiles and poverty in rural Ethiopia. *Journal of African Economies*, v. 16, n. 4, p. 519-563, 2007.

CRONIN, P.; RYAN, F.; COUGHLAN, M. Undertaking a literature review: a step-by-step approach. *British Journal of Nursing*, v. 17, n. 1, p. 38-43, 2008.

DALAL, K.; RAHMAN, F.; JANSSON, B. The origin of violent behaviour among child labourers in India. *Global Public Health*, v. 3, n. 3, p. 77-92, 2008.

DAS, S.; MUKHERJEE, D. Measuring deprivation due to child work and child labour: a study for indian children. *Child Indicators Research*, v. 4, n. 3, p. 453-466, 2011.

DEGRAFF, D. S.; FERRO, A. R.; LEVISON, D. Kids at risk: children's employment in hazardous occupations in Brazil. *Estudos Econômicos*, v. 44, n. 4, p. 685-721, 2014.

DERRIEN, J.-M. *O trabalho infantil: a fiscalização do trabalho e o trabalho infantil*. 2. ed. Brasília: OIT, 1993.

EATON, M.; GOULART, P. Portuguese child labour: an enduring tale of exploitation. *European Urban and Regional Studies*, v. 16, n. 4, p. 439-444, 2009.

GRIGOLI, F.; SBRANA, G. Determinants and dynamics of schooling and child labour in Bolivia. *Bulletin of Economic Research*, v. 65, n. SUPPL1, p. s17-s37, 2013.

GUARCELLO, L.; MEALLI, F.; ROSATI, F. C. Household vulnerability and child labor: the effect of shocks, credit rationing, and insurance. *Journal of Population Economics*, v. 23, n. 1, p. 169-198, 2009.

GUARNIERI, P. et al. The challenge of selecting and evaluating third-party reverse logistics providers in a multicriteria perspective: a brazilian case. *Journal of Cleaner Production*, v. 96, n. 1, p. 209-219, 2015.

GULZAR, S. A.; VERTEJEE, S.; PIRANI, L. Child labour: a public health issue. *Journal of the Pakistan Medical Association*, v. 59, n. 11, p. 778-781, 2009.

HILSON, G. Child labour in african artisanal mining communities: experiences from Northern Ghana. *Development and Change*, v. 41, n. 3, p. 445-473, 2010.

ILO, 2017. International Labour Organizational – ILO. 2017. Disponível em: <<http://www.ilo.org/global/lang--en/index.htm>>. Acesso em: 24 ago. 2017.

JAFAREY, S.; LAHIRI, S. Will trade sanctions reduce child labour? The role of credit markets. *Journal of Development Economics*, v. 68, n. 1, p. 137-156, 2002.

JAYARAJ, D.; SUBRAMANIAN, S. Out of school and (probably) in work: child labour and capability deprivation in India. *Journal of South Asian Development*, v. 2, n. 2, p. 177-226, 2007.

KASSOUF, A. L. O que conhecemos sobre o trabalho infantil? *Nova Economia*, v. 17, n. 2, p. 323-350, 2007.

KIS-KATOS, K. Gender differences in work-schooling decisions in rural North India. *Review of Economics of the Household*, v. 10, n. 4, p. 491-519, 2012.

KIS-KATOS, K.; SCHULZE, G. G. Child labour in Indonesian small industries. *Journal of Development Studies*, v. 47, n. 12, p. 1887-1908, 2011.

KOTB, S. A. M. et al. Agricultural labor among school children in rural Assiut, Egypt. *Life Science Journal*, v. 8, n. 2, p. 423-439, 2011.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica: técnicas de pesquisa*. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MEHROTRA, S.; BIGGERI, M. Children in home worker households in Pakistan and Indonesia. *International Journal of Manpower*, v. 31, n. 2, p. 208-231, 2010.

MELO, G. A. B.; CÉSAR, J. B. M. *Trabalho infantil: mitos, realidades e perspectivas – estudos em homenagem ao professor Oris de Oliveira*. São Paulo: LTr, 2016.

MOHAMMED, E. S.; EWIS, A. A. A.; MAHFOUZ, E. M. Child labor in a rural Egyptian community: an epidemiological study. *International Journal of Public Health*, v. 59, n. 4, p. 637-644, 2014.

NAGARAJ, K. *Female and child workers in a household industry*. Gandihinagar, 2002.

PAGANI, R. N.; KOVALESKI, J. L.; RESENDE, L. M. Methodi ordinatio: a proposed methodology to select and rank relevant scientific papers encompassing the impact factor, number of citation, and year of publication. *Scientometrics*, v. 105, n. 3, p. 2109-2135, 2015.

PATRINOS, H. A.; PSACHAROPOULOS, G. Educational performance and child labor in Paraguay. *International Journal of Educational Development*, v. 15, n. 1, p. 47-60, 1995.

PÖRTNER, C. C. Effects of parental absence on child labor and school attendance in the Philippines. *Review of Economics of the Household*, v. 14, n. 1, p. 103-130, 2016.

RAMALHO, H. M. B.; MESQUITA, S. P. de. Determinantes do trabalho infantil no Brasil urbano: uma análise por dados em painel 2001-2009. *Economia Aplicada*, v. 17, n. 2, p. 193-225, 2013.

RAY, R. Analysis of child labour in Peru and Pakistan: a comparative study. *Journal of Population Economics*, v. 13, n. Springer-Verlag, p. 3-19, 2000.

ROSATI, F. C.; TZANNATOS, Z. Child labour in Vietnam. *Pacific Economic Review*, v. 11, n. 1, p. 1-31, 2006.

SANTOS, F. S. M. Combate ao trabalho infantil: uma incumbência do Ministério Público, da sociedade e do Estado. *Boletim Científico ESMPU*, v. 14, n. 44, p. 99-129, 2015.

SATYARTHI, K. Erradicação do trabalho infantil: desafios e perspectivas. *Revista do Tribunal Superior do Trabalho*, v. 79, n. 1, p. 22-37, 2013.

SCHWARTZMAN, S.; SCHWARTZMAN, F. *O trabalho infantil no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Instituto de Estudos do Trabalho/UFRJ, 2004.

SENSOY BAHAR, O. How do low-income kurdish migrant families in Turkey negotiate child/adolescent characteristics in child labor decisions? Insights from kurdish mothers. *Qualitative Social Work*, v. 15, n. 1, p. 11-34, 2016.

SIDDIQI, A. F. Important determinants of child labor: a case study for Lahore. *American Journal of Economics and Sociology*, v. 72, n. 1, p. 199-221, 2013.

VÁSQUEZ, W. F.; BOHARA, A. K. Household shocks, child labor, and child schooling: evidence from Guatemala. *Latin American Research Review*, v. 45, n. 3, p. 165-186, 2010.

WEBBINK, E.; SMITS, J.; JONG, E. Hidden child labor: determinants of housework and family business work of children in 16 developing countries. *World Development*, v. 40, n. 3, p. 631-642, 2012.

———. Household and context determinants of child labor in 221 districts of 18 developing countries. *Social Indicators Research*, v. 110, n. 2, p. 819-836, 2013.

———. Child labor in Africa and Asia: household and context determinants of hours worked in paid labor by young children in 16 low-income countries. *European Journal of Development Research*, v. 27, n. 1, p. 84-98, 2015.